

Convenções na Publicação Científica:  
Guardar Dados Brutos e Disponibilizar Informações<sup>1</sup>

Desde o seu início em 1985, *Psicologia: Teoria e Pesquisa* vem adotando as normas de publicação da American Psychological Association [APA]. Entretanto, manuscritos encaminhados para esta revista nem sempre são apresentados conforme o estilo adotado, mesmo naqueles aspectos que são detalhados nas Normas para Publicação ou especificados na correspondência entre editor e autor. Alguns autores questionam as regras, muitas vezes sem conhecimento de causa; ou criam adaptações aos moldes de seus estilos pessoais, desconsiderando a função operacional que implica um princípio subjacente à norma (como já foi notado por Feitosa, 1994a).

Como em outras questões que envolvem expectativas em relação a procedimentos editoriais (Feitosa, 1993), as razões que justificam a escolha de um estilo têm sido tratadas em âmbito interno e, casuisticamente, na correspondência entre a Diretoria e os consultores e autores. Os aspectos funcionais das normas têm sido ressaltados, presumindo-se que os autores bem informados sobre a utilidade das convenções venham a segui-las propositalmente. Em continuidade à reflexão proposta por Feitosa, acredito ser oportuna a explicitação de expectativas estabelecidas a partir do estilo adotado.

O estilo APA tem características que favorecem sua adoção. Baseia-se nas convenções de produção e comunicação de trabalhos científicos, sendo apropriadamente funcional e tecnicamente justificado. É mais abrangente e rigoroso do que estilos propostos por outros sistemas gerais de códigos, oferecendo soluções melhores do ponto de vista estético (compare-se, p.ex., o estilo APA de citações e de lista de referências com as soluções propostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT).

Para o editor de *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, o livro *Publication Manual of the American Psychological Association* é de consulta obrigatória quando se trata de indicar soluções para problemas de forma na revisão de manuscritos. A tarefa é de busca e confirmação das regras que orientam a organização da publicação. Por dever de ofício, os editores desta revista têm sido revisores críticos daquelas convenções, decidindo quais instruções serão fielmente seguidas, quando e como adaptá-las ao contexto brasileiro e à produção de cada artigo.

Dessa exploração do Manual da APA (1994) venho selecionando trechos que ilustram a relação entre os princípios e convenções da comunidade científica e os procedimentos operacionais de publicação. Um desses tópicos diz respeito

às providências que se esperam dos autores em relação aos dados brutos de uma pesquisa relatada e a outros materiais que serviram à elaboração do trabalho. É suposto que todo o material bruto e outras informações relevantes estarão acessíveis por direito do solicitante: "Os pesquisadores devem ter seus dados disponíveis ao editor a qualquer momento durante o processo de revisão e de produção, se surgirem questões com respeito à exatidão do relato. De outra forma, o manuscrito submetido pode ser rejeitado" (APA, 1994, p. 298). A expectativa estende-se ao período posterior à publicação, tendo uma de suas justificativas na tradição:

É tradicional em publicação científica guardar dados, instruções, detalhes de procedimento e análise, de modo que cópias possam estar disponíveis em resposta a solicitações de leitores interessados .... Assim, espera-se que [o autor] guarde estes materiais por um mínimo de cinco anos depois que seu artigo foi publicado. (APA, 1994, p. 283)

Essa orientação serve à norma ética de compartilhar os dados com pesquisadores interessados em submeter a pesquisa à verificação (APA, 1992). Especificado na norma, o princípio a ser garantido é o da replicação da observação científica. Transcrito nesta última edição do manual da APA (1994, p. 293), esse princípio foi incluído em instruções aos autores na maioria dos periódicos mantidos por aquela Associação. Em *Developmental Psychology* (1995), por exemplo, é apresentado como se segue:

Os Princípios Éticos da APA especificam que 'depois que os resultados de pesquisa são publicados, os psicólogos não se recusarão a dar os dados, nos quais suas conclusões são baseadas, a outros profissionais competentes que buscam verificar as afirmações principais por meio de re-análise, e que pretendem usar os dados apenas para esse propósito, desde que a confidencialidade dos participantes possa ser resguardada e a menos que direitos legais relativos a dados patenteados impeçam sua liberação' (Norma 6.25). (p. 518)

Trata-se, assim, da expectativa de continuidade no processo de produção científica. Espera-se que a publicação de uma pesquisa seja encadeada a ações subsequentes de outros pesquisadores, ao buscarem a confirmação dos dados e das conclusões divulgadas. Os dois trechos transcritos a seguir ilustram essa sinalização aos autores.

Para permitir que leitores interessados possam contestar [challenge] a análise estatística, um autor deveria guardar os dados brutos depois da publicação da pesquisa. (APA, 1994, p. 111)

Verificação de dados.... Para permitir que profissionais competentes confirmem os resultados e a análise, espera-se que os

<sup>1</sup> Agradeço aos conselheiros, ex-editores e membros da atual Direção de *Psicologia: Teoria e Pesquisa* que criticaram versão preliminar deste texto.

autores guardem dados brutos.... Outras informações relacionadas à pesquisa (e.g., instruções, manuais de tratamento, software, e detalhes de procedimento) devem ser guardados pelo mesmo período. Esta informação é necessária se outros forem tentar uma replicação. Espera-se a pronta adesão dos autores a tais exigências, e em um espírito de cooperação .... (p. 298)

A ênfase na responsabilidade do autor pela qualidade da informação disposta aos leitores é colocada, então, de um ponto de vista funcional. Essa questão é insistentemente abordada no Manual (APA, 1994), por exemplo, quando são recomendados detalhamento e objetividade no relato de procedimentos (pp. 12-15); zelo e consistência no tratamento estatístico de dados (pp. 111-112), na escolha e na apresentação de citações e referências (pp. 20, 168, 174); ou quando são enfatizadas a necessidade de recuperação das informações divulgadas (pp. 174-176) e a responsabilidade permanente em relação à correção dos dados e outras informações, durante a produção final (pp. 115, 279-281) e mesmo após a publicação do artigo (p. 283).

Quais seriam, no contexto brasileiro, as convenções para a guarda dos materiais que originaram o trabalho científico escrito? Nessa, como em outras situações da atividade de pesquisa, falta a explicitação de normas éticas próprias para nossa realidade. Ademais, há pouca familiaridade com normas vigentes em outras áreas do conhecimento e em outros países, e dúvidas sobre sua aplicabilidade em psicologia (cf. foi tratado por Feitosa, 1994b). Embora possa haver consenso sobre aspectos corriqueiros (p. ex., limitar acesso a informações para resguardar direitos dos sujeitos à confidencialidade), não se pode afirmar o mesmo sobre o princípio ético da cessão dos dados e sobre as restrições ao acesso, impostas por direitos autorais e sobre patentes.

Guardar dados brutos em consideração a uma possível contestação parece justificável. Esta precaução não substitui, mas complementa outras convenções referentes à verificação. E somada a exigências indiscutíveis na prática de pesquisa e publicação em áreas consolidadas da psicologia científica: apresentação de delineamentos cabíveis e necessários à demonstração de verificabilidade dos dados e conclusões, descrição suficiente dos procedimentos de coleta e análise de dados, demonstração de integridade do tratamento experimental - dentre outras.

Mas, tradicionalmente, os pesquisadores brasileiros guardam os dados e outros materiais relevantes ao detalhamento de sua pesquisa? Aceitariam cedê-los? Acredito que a recomendação de cessão dos dados para verificação possa causar alguma polêmica. Essas perguntas, entretanto, suscitam mais do que uma resposta, óbvia, do tipo sim, e não. É necessário aprofundar a reflexão proposta por Feitosa (1994b) sobre o constrangimento cultural próprio aos contextos sociais em que se definem e se aplicam os códigos éticos para a atividade do pesquisador, de um modo geral, e para a publicação científica, em particular.

Já se tratou da adesão a convenções da publicação científica, com destaque à contrariedade dos autores nos casos de imposição de limites à individualidade de suas decisões (Feitosa, 1994a, 1994b). Embora não se tenha escrito a respeito, é sabido que a solicitação de dados brutos para re-análise não é prática usual entre pesquisadores em psicologia no Brasil. Muitos autores podem não estar habituados a dispor e compartilhar esse tipo de informação. Além disso, o interesse pela verificação dos dados de uma pesquisa publicada - talvez um sinal de reconhecimento da seriedade do trabalho do pesquisador - nem sempre é entendido como tal. No caso brasileiro, seria conveniente lembrar também que, apesar de se fazer a defesa do caráter público do conhecimento científico e do caráter social da atividade do pesquisador, ainda se cultivam a exclusividade e os direitos privados de propriedade sobre o que está sob a guarda e responsabilidade de indivíduos.

A limitação temporal - cinco anos após a publicação - parece ser razoável para manter disponível uma informação, e é um "tempo jurídico" padrão. Entretanto, já se discute a exigência da guarda de dados por um tempo maior, especialmente em casos de procedimentos inusitados, dados ou conclusões polêmicas, ou que afetem mais dramaticamente o pensamento oficial.

A necessidade de recuperar informações pode começar no processo de revisão dos manuscritos. Na maioria das revistas científicas são raras as ocasiões em que a primeira versão de um manuscrito é avaliada como pronta para publicação. A indicação de reformulação, que pode incluir re-análise de dados e complementação de informações, é a situação mais comum. Isso exige que os autores sejam cuidadosos na preservação dos materiais originais e na revisão dos seus manuscritos.

No caso de Psicologia: Teoria e Pesquisa têm sido cada vez mais frequentes as ocasiões em que são exigidos, sejam os dados brutos que geraram uma figura, seja o detalhamento de um procedimento, ou as informações que complementam uma referência. Às vezes o objetivo é esclarecer um relato impreciso, podendo mesmo haver dúvida sobre a adequação do procedimento ou a precisão dos dados. Outras vezes a solicitação é feita por necessidade do processamento gráfico de um artigo, e para correção de inconsistência ou falha na citação e na referência a outros trabalhos publicados. A maioria dos autores tem atendido às solicitações, sendo possível melhorar a qualidade da informação disposta ao leitor. Alguns podem responder com presteza, tendo à mão informação útil às consultas sobre qualquer aspecto de seu trabalho que mereça verificação mais detalhada. Outros, nem tanto.

De fato, guardar e dispor dados brutos e outros materiais não tem sido sempre considerado pelos pesquisadores brasileiros. Alguns autores mostram-se surpresos com a solicitação de informações adicionais, como se esta fosse um acontecimento improvável. Há autores que parecem ofendidos, como se a solicitação colocasse em dúvida a confiabili-

dade pessoal do pesquisador, além de representar um desgaste no tratamento, recorrente, do material submetido. Há que se reconhecer o desgaste trazido por tramitação morosa do manuscrito em fase de exame, cuja correção é de responsabilidade do editor e do corpo de consultores (cf. Feitosa, 1993, 1994c). Alguns autores, contudo, sinalizam uma indisponibilidade generalizada para a revisão que implica em retomar informações "passadas". Há casos em que a solicitação de revisões visando complementação de dados ou retomada de fontes bibliográficas estende-se por períodos exorbitantes. Afirmar sobre o desconhecimento do paradeiro dos materiais originais de uma pesquisa, e sobre o aborrecimento causado pela mera referência ao manuscrito, representam situações nas quais parece que o autor submeteu o texto e encerrou o caso.

Uma revisão dos procedimentos operacionais adotados desde a criação de *Psicologia: Teoria e Pesquisa* evidencia o que se poderia chamar de uma postura educativa em busca de adesão às regras estabelecidas, em "espírito de colaboração". Insiste-se nas exigências, detalhando instruções, justificando as normas cabíveis. Mesmo que ainda não sejam as

melhores, buscam-se providências e soluções para o detalhamento de informação e para a produção gráfica. Procura-se evitar que a consequência seja a perda de informações relevantes - o corte sumário de um dado ou uma referência, a posposição da publicação prevista ou mesmo o impedimento definitivo de uma publicação já anunciada. Resta saber se essa busca e disponibilidade de informação, que já se estabelece nos procedimentos de revisão e produção do artigo, virá a ser uma prática mais extensiva entre pesquisadores brasileiros.

Se a publicação de um trabalho científico for uma ocasião para interação, um autor esperará ser indagado acerca de seu trabalho, ter sua pesquisa e suas posições comentadas e confrontadas. Cuidará para que, na cadeia da produção científica, seus procedimentos e seus dados possam ser verificados e submetidos ao teste por excelência do "fato" científico - a replicação. Poderá esperar, assim, sem estranheza e constrangimentos, que algum leitor interessado possa querer rever os seus procedimentos ou tomar os seus dados e submetê-los à mesma ou a outra análise que desafie suas demonstrações e conclusões.

Célia Maria Lana da Costa Zannon

#### Referências

- American Psychological Association. [APA] (1992). Ethical principles of psychologists and code of conduct. [Informe da Associação]. *American Psychologist*, 47, 1597-1611.
- American Psychological Association. [APA] (1994). *Publication manual of the American Psychological Association*. (4a ed.). Washington, DC: Autor.
- Developmental Psychology. (1995). Instructions to authors. *Developmental Psychology*, 31, 518.
- Feitosa, M.A.G. (1993). A ética do processo de revisão de manuscritos: a expectativa do editor em relação ao papel do consultor [Editorial]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9 (3), iv-vi.
- Feitosa, M.A.G. (1994a). O cientista e o limite da individualidade de expressão [Editorial]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10 (3), iv-vi.
- Feitosa, M.A.G. (1994b). A responsabilidade ética do autor de manuscritos submetidos para publicação [Editorial]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10 (1), iv-viii.
- Feitosa, M.A.G. (1994c). A responsabilidade ética do editor de um periódico científico [Editorial]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10(2), iv-viii.

## **ASSINATURAS**

Assinaturas de *Psicologia: Teoria e Pesquisa* podem ser solicitadas diretamente à:

Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa  
Secretaria de Divulgação  
Universidade de Brasília - Instituto de Psicologia  
70910-900 Brasília DF.

O valor da assinatura para indivíduos é R\$ 45,00 e para instituições é R\$ 67,50. Números avulsos para assinantes custam R\$ 11,25 (indivíduos) e R\$ 17,00 (instituições). Números avulsos para não assinantes custam R\$ 22,50 (indivíduos) e R\$ 33,75 (instituições). Estes valores são válidos até 31.06.96.

## **OFERTA ESPECIAL**

*Psicologia: Teoria e Pesquisa* oferece um desconto especial de 20% na assinatura individual para estudantes de graduação ou pós-graduação para pedidos de, no mínimo, 10 assinaturas. A solicitação deste desconto especial deverá ser acompanhada de carta assinada por um professor da respectiva instituição de ensino que ateste a condição de aluno dos solicitantes.